



Estatutos

da

APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa

Aprovados em Assembleia Geral aos 8 de junho de 2016.

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objeto e duração

Artigo Primeiro

Denominação

A Associação adota a denominação de Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa - APCE.

Artigo Segundo

Sede

A APCE tem sede em Portugal, em local aprovado pela Assembleia Geral, segundo proposta da Direção. A sede atual é na Avenida do Brasil, trinta e cinco, primeiro andar B, em Lisboa.

Artigo Terceiro

Objeto

1. A APCE é uma entidade autónoma, independente e sem fins lucrativos, que representa e defende, no País e no estrangeiro, os interesses dos seus Associados, em particular dos gestores e técnicos da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas, incluindo os porta-vozes.
2. A APCE constitui-se como um fórum de discussão e reflexão aberto a todos os interessados nas ciências da Comunicação, seja no sector empresarial, seja no domínio educativo.

Artigo Quarto

Valores

Os Associados da APCE defendem como valores essenciais:

- a) O primado das pessoas nas organizações e o papel crucial que a comunicação interna e externa deve desempenhar para o seu sucesso;
- b) A partilha de conhecimento, experiências e informação entre pares, tanto do sector empresa-

rial como do mundo académico;

- c) O debate das ideias, nem corporativo nem setorial, aberto a todos os profissionais dos diferentes campos da Comunicação, privilegiando um espírito contributivo e intervencionista;
- d) A função formativa e de sensibilização a desempenhar junto das empresas e dos estudantes de nível universitário, candidatos ao mercado de trabalho;
- e) A conjugação ética de interesses, assumida livremente, em benefício da representação dos direitos e deveres dos profissionais da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas, incluindo os porta-vozes;
- f) O rigor profissional assente na verdade, transparência, integridade, dinamismo e proatividade.

Artigo Quinto

Objetivos Gerais

A APCE, tendo como objetivo geral ser uma instituição de referência reconhecida pelo meio da Comunicação Empresarial, propõe-se, na prossecução do seu objeto:

- a) Promover o prestígio e a dignificação dos Associados e da sua atividade, no País e no estrangeiro;
- b) Estabelecer a área da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas como um componente crítico do sucesso organizacional, fomentando a compreensão e o apreço pelo valor e o poder da Comunicação dentro dos mais elevados padrões de ética e excelência;
- c) Promover e desenvolver a profissão do Comunicador Organizacional e Relações Públicas, porta-vozes incluídos, defendendo a sua credibilidade e acreditação em Portugal;
- d) Formar uma comunidade de líderes que sirvam a profissão do Comunicador Organizacional e Re-

lações Públicas e a sociedade;
e) Encorajar o contacto e a troca de conhecimentos entre profissionais do sector empresarial e académicos, promovendo o estudo de métodos e de modelos de Comunicação e Relações Públicas.

Artigo Sexto

Duração

A Associação durará por tempo indeterminado, a contar da sua constituição a vinte e sete de abril de mil novecentos e noventa.

CAPÍTULO II

Associados

Artigo Sétimo

Tipos de Associados

Podem ser Associados da APCE, por tipo:

- a) Associado Coletivo: pessoa coletiva que desenvolva atividade interna ou externa na área da comunicação organizacional ou das relações públicas;
- b) Associado Individual: pessoa singular, portuguesa ou estrangeira, cuja formação ou atividade se insira no domínio da comunicação organizacional ou das relações públicas;
- c) Associado Jovem: pessoa singular, portuguesa ou estrangeira, com idade entre os dezoito e os vinte e cinco anos, cuja formação ou atividade se insira no domínio da comunicação organizacional ou relações públicas. Os Associados Jovens tornam-se automaticamente Associados Individuais no ano em que perfazem vinte e seis anos de idade;
- d) Associado Honorário: pessoa singular ou coletiva, portuguesa ou estrangeira, com relevante contributo em prol da APCE, da comunicação organizacional ou das relações públicas.

Artigo Oitavo

Associados Coletivos

1. Os Associados Coletivos classificam-se, em três categorias:
 - a) Grande empresa ou instituição;
 - b) Média empresa ou instituição;
 - c) Pequena empresa ou instituição.
2. Os Associados Coletivos fazem-se representar por um delegado, indicado para o efeito, nos órgãos sociais.

Artigo Nono

Admissão de Associados

1. A admissão de Associados Coletivos, Individuais ou Jovens compete à Direção, a requerimento dos interessados.
2. A deliberação da Direção, que aprova a admissão de um novo Associado Coletivo, fixará a classificação de Grande, Média ou Pequena empresa ou instituição.
3. Da deliberação da Direção, que aprova ou não

a admissão de um Associado, cabe recurso para a primeira Assembleia Geral que se realizar após o conhecimento da deliberação.

4. A admissão de Associados Honorários compete à Assembleia Geral por proposta da Direção.

Artigo Décimo

Direitos dos Associados

São direitos dos Associados:

- a) Participar nas Assembleias Gerais e atos eleitorais;
- b) Usufruir das instalações e serviços da Associação;
- c) Participar nas atividades associativas;
- d) Recorrer das deliberações da Direção para a Assembleia Geral;
- e) Gozar de todas as demais prerrogativas que lhes forem concedidas pela lei ou pelos presentes estatutos.

Artigo Décimo Primeiro

Deveres dos Associados

São obrigações dos Associados:

- a) Pagar as quotas estabelecidas e outras contribuições determinadas pela Assembleia Geral;
- b) Exercer os cargos sociais para que tenham sido designados;
- c) Acatar os preceitos estatutários e os regulamentos da Associação, bem como as deliberações dos órgãos desta;
- d) Participar no funcionamento da Associação contribuindo ativamente para a realização dos seus fins;
- e) Cumprir todas as demais obrigações que lhes caibam, por força da lei ou dos presentes estatutos;
- f) Aceitar, respeitar e cumprir o Código de Conduta em anexo, bem como todas as notas e pareceres do Conselho Consultivo e de Ética com ele relacionadas.

Artigo Décimo Segundo

Disciplina

1. Podem ser excluídos da APCE os Associados que faltem ao cumprimento de qualquer dos deveres estabelecidos no artigo anterior.
2. A exclusão de Associados compete à Assembleia Geral por proposta da Direção ou do Conselho Consultivo e de Ética.

Artigo Décimo Terceiro

Núcleos

1. Podem ser constituídos Núcleos de Associados para agregar os Associados das Regiões Autónomas ou de países com forte implantação de Associados.
2. A criação e extinção de Núcleos compete à Assembleia Geral por proposta da Direção.
3. Os Núcleos são hierarquicamente dependentes dos Órgãos Sociais e respeitam estes Estatutos e o Código de Conduta e de Ética.
4. Os Núcleos devem elaborar um regulamento de

funcionamento interno, que inclua a existência de um responsável denominado Coordenador, submetido e aprovado em Assembleia Geral.

5. Os Coordenadores dos Núcleos participam nas reuniões de Direção, sem direito a voto, sempre que solicitado pelo Presidente da Direção.

CAPÍTULO III **Órgãos Sociais**

Artigo Décimo Quarto *Órgãos Sociais*

São órgãos sociais da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Consultivo e de Ética.

Artigo Décimo Quinto *Composição e Mandato*

1. Os titulares da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, por períodos de três anos, de entre os Associados, salvo o disposto nos números dois e oito, com mais de um ano de inscrição, não podendo o mesmo Associado Coletivo, através dos seus delegados, exercer mais de um cargo simultaneamente, sendo permitida a reeleição.
2. Um dos vogais do Conselho Fiscal tem de ser um Revisor Oficial de Contas, associado ou não, podendo ser remunerado.
3. Os titulares do Conselho Consultivo e de Ética são associados indigitados pela Direção para o mesmo período referido no número um.
4. A Mesa da Assembleia Geral, a Direção, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo e de Ética são constituídos pelos titulares efetivos referidos nos artigos Décimo Oitavo, Vigésimo Terceiro, Vigésimo Nono e Trigésimo Segundo.
5. Poderá a Assembleia Geral eleger para a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal titulares suplentes, até igual número ao dos membros efetivos.
6. Os titulares suplentes iniciarão funções logo que produza efeitos a renúncia dos titulares efetivos, cessando o seu mandato no termo dos mandatos dos titulares efetivos, salvo o disposto no número seguinte.
7. No caso de renúncia do vogal do Conselho Fiscal previsto no número dois, a sua substituição para o restante período referido no número um será efetuada por deliberação da Assembleia Geral sob proposta da Direção.
8. Os Associados Jovens não podem ser titulares da Mesa da Assembleia Geral, da Direção ou do Conselho Fiscal.

Artigo Décimo Sexto *Assembleia Geral*

A Assembleia Geral é o órgão soberano da APCE,

sendo constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo Décimo Sétimo

Competências da Assembleia Geral

Cabem à Assembleia Geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias da Direção e do Conselho Fiscal e, em especial:

- a) Eleger os membros dos órgãos sociais, com exceção dos do Conselho Consultivo e de Ética;
- b) Deliberar sobre o programa anual e o orçamento;
- c) Deliberar sobre o relatório, o balanço e as contas da Direção, incluindo o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Deliberar sobre alterações aos Estatutos;
- e) Dissolver a Associação e nomear liquidatários, estabelecendo o destino dos bens e procedimentos a tomar, nos termos da legislação em vigor;
- f) Autorizar a Associação a demandar os membros dos órgãos sociais por factos praticados no exercício do cargo;
- g) Fixar o montante das quotas e das contribuições suplementares dos Associados mediante proposta da Direção;
- h) Deliberar sobre o regulamento eleitoral e outros da Associação, por proposta da Direção;
- i) Deliberar sobre Núcleos, nomeadamente a sua criação, extinção e regulamento, por proposta da Direção;
- j) Deliberar sobre o quadro de pessoal da Associação e tabela de remunerações, por proposta da Direção;
- k) Deliberar sobre aquisição, alienação, locação e oneração de bens ou direitos, sempre que tais atos envolvam global ou fracionadamente (atos conexos ou complementares) valores iguais ou superiores a vinte e cinco por cento do orçamento anual ou equivalente em plurianuais, por proposta da Direção com parecer do Conselho Fiscal;
- l) Excluir Associados por proposta da Direção ou do Conselho Consultivo e de Ética.

Artigo Décimo Oitavo

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Vice-Presidente.

Artigo Décimo Nono

Tipo de Sessões da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária:
 - a) até trinta e um de dezembro de cada ano, para o cumprimento das alíneas b) e g) do artigo Décimo Sétimo referentes ao ano seguinte;
 - b) até trinta e um de março de cada ano, para o cumprimento da alínea c) do artigo Décimo Sétimo, referente ao ano anterior;
 - c) até noventa dias após a Assembleia Geral Eleitoral para o cumprimento do disposto no número dois do artigo Trigésimo Quinto, referente ao exercício intercalar.

2. A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária sempre que o Presidente da Mesa a convoque, por sua iniciativa ou a requerimento da Direção, do Conselho Fiscal ou de um conjunto de Associados no pleno gozo dos seus direitos, não inferior à quinta parte da sua totalidade.
3. A Assembleia Geral reúne em sessão eleitoral, conforme regulamento, para eleição por voto secreto da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal, ato este que deverá ser ponto único da ordem do dia.

Artigo Vigésimo

Convocatória da Assembleia Geral

1. A convocação da Assembleia Geral é feita por meio de edital na Sede e mensagem de correio eletrónico e, quando solicitado pelos interessados, por aviso postal, respetivamente afixado e expedidos com a antecedência mínima de quinze dias no caso de sessões ordinárias e extraordinárias e de trinta dias no caso de sessões eleitorais, indicando-se o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia.
2. Se o Presidente da Mesa não convocar a Assembleia, nos casos em que deve fazê-lo, a qualquer Associado é lícito efetuar a convocação.
3. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento, exceto nos casos em que esteja em causa a dissolução da Associação.
4. A comparência de todos os Associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia.

Artigo Vigésimo Primeiro

Funcionamento da Assembleia Geral

1. Em primeira convocação, a Assembleia não pode funcionar sem a presença de, pelo menos, o número de Associados que represente metade da totalidade dos votos.
2. Em segunda convocação, pode a Assembleia funcionar e deliberar validamente com qualquer número de Associados, trinta minutos depois de fixada para a primeira convocação, desde que tal possibilidade conste do aviso convocatório.
3. É lícito a qualquer Associado fazer-se representar por outro Associado, mediante carta recebida pelo correio ou entregue ao Presidente da Mesa, em que esteja mencionado devidamente o representante, o dia, hora e local da reunião e a ordem do dia.
4. Os Associados têm os seguintes votos em Assembleia Geral:
 - a) Associado Coletivo Grande empresa ou instituição - trinta e cinco votos;
 - b) Associado Coletivo Média empresa ou instituição - vinte e cinco votos;
 - c) Associado Coletivo Pequena empresa ou instituição - quinze votos;

- d) Associado Individual - cinco votos;
- e) Associado Jovem - um voto;
- f) Associado Honorário - dez votos.

Artigo Vigésimo Segundo

Deliberações da Assembleia Geral

1. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos Associados presentes ou representados.
2. As deliberações sobre as alterações dos Estatutos carecem de três quartos dos votos dos Associados presentes ou representados.
3. A deliberação sobre a dissolução da Associação só poderá ser tomada em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para o efeito e carece de ser aprovada por três quartos dos votos de todos os Associados.

Artigo Vigésimo Terceiro

Direção

1. A Direção é o órgão executivo da APCE.
2. A Direção é composta por um Presidente e por vice-presidentes ou diretores, num total ímpar de cinco a onze membros.

Artigo Vigésimo Quarto

Competências da Direção

- Compete à Direção administrar a Associação e assegurar o prosseguimento dos seus objetivos e, em especial:
- a) Representá-la, em juízo ou fora dele;
 - b) Gerir a atividade, o quadro de pessoal, as remunerações e os bens da Associação, incluindo a aquisição, alienação, locação e oneração de bens ou direitos em conformidade com o exposto no artigo Décimo Sétimo, bem como zelar pela sua contabilidade;
 - c) Cumprir e dar execução às disposições legais, fiscais, contributivas e estatutárias e às deliberações da Assembleia Geral;
 - d) Elaborar regulamentos internos, bem como o relatório, o balanço e as contas dos exercícios;
 - e) Elaborar e executar o programa anual e o orçamento da Associação;
 - f) Elaborar a proposta de quotas e outras contribuições dos Associados;
 - g) Admitir e propor a exclusão de Associados nos termos dos Estatutos;
 - h) Exercer as demais funções e praticar os demais atos que lhe incumbem, nos termos da lei ou dos estatutos;
 - i) Indigitar os membros do Conselho Consultivo e de Ética e nomear o respetivo Presidente;
 - j) Propor à Assembleia Geral a criação e extinção de Núcleos.

Artigo Vigésimo Quinto

Comissão Executiva

1. A Direção pode constituir uma Comissão Executiva formada por três dos seus membros, sendo um obrigatoriamente o Presidente da Direção que

também preside à Comissão Executiva.

2. A Direção pode delegar nesta Comissão competências e poderes previstos no artigo Vigésimo Quarto, sem prejuízo de manter a sua alçada e a sua capacidade de vigilância geral, conforme regulamento interno.

3. Os membros Associados Individuais desta Comissão Executiva podem ser remunerados.

Artigo Vigésimo Sexto

Funcionamento e Deliberações da Direção e Comissão Executiva

1. A Direção e a Comissão Executiva reunirão, respetivamente, pelo menos, uma vez por trimestre e uma vez por mês, sendo convocadas pelo Presidente e só podendo deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, não podendo haver abstenções.

3. Cada membro da Direção ou da Comissão Executiva tem um voto nas respetivas reuniões, mas o Presidente tem direito a voto de qualidade.

4. A Direção pode delegar, por ata, poderes em um ou mais dos seus membros ou constituir terceiros como mandatários e autorizar que se proceda à subdelegação ou substabelecimento desses poderes, estabelecendo, em cada caso, os respetivos limites e condições.

5. A cada membro da Direção ou da Comissão Executiva poderão ser atribuídos pelouros correspondentes a um ou mais serviços da Associação, conforme regulamento interno próprio.

6. Podem ser solicitados pelo Presidente para participar nas reuniões da Direção ou da Comissão Executiva, sem direito a voto, qualquer Associado, o Diretor Geral, o Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho Consultivo e de Ética e os Coordenadores dos Núcleos.

7. Podem ser convidados pelo Presidente para participar nas reuniões da Direção ou da Comissão Executiva, sem direito a voto, o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo Vigésimo Sétimo

Diretor Geral

1. A Direção pode criar o cargo de Diretor Geral, que poderá ser remunerado, a desempenhar por pessoa qualificada para o efeito e que, na dependência direta da Direção e da Comissão Executiva, dá execução às decisões destas.

2. O Diretor Geral participa, sem direito a voto, nas reuniões da Direção e da Comissão Executiva sempre que solicitado pelo Presidente da Direção.

Artigo Vigésimo Oitavo

Forma de Obrigar

1. Para obrigar a Associação são necessárias as assinaturas do Presidente e de outro membro da Direção, da Comissão Executiva ou o Diretor Geral, ressalvando-se o disposto no número quatro do artigo Vigésimo Sexto, designadamente quanto

à possibilidade de delegação de poderes para todos os atos de carácter financeiro, nomeadamente a movimentação de contas bancárias e a assinatura de cheques.

2. Os atos de mero expediente poderão ser assinados apenas por um membro da Direção ou pelo Diretor Geral.

Artigo Vigésimo Nono

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da APCE, sendo constituído por um Presidente e dois Vogais, um destes Revisor Oficial de Contas, associado ou não, podendo ser remunerado.

Artigo Trigésimo

Competências do Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, em geral, fiscalizar os atos da Direção ou praticados por seu mandato ou delegação, e em especial:

a) Examinar e verificar a escrita da Associação, os livros de contabilidade, bem como os documentos que lhes sirvam de base;

b) Elaborar pareceres para a Assembleia Geral sobre o orçamento, o relatório, o balanço e as contas da Direção, bem como o previsto na alínea k) do artigo Décimo Sétimo;

c) Participar, sem direito a voto, nas reuniões da Direção sempre que solicitado pelo Presidente da Direção;

d) Dar parecer à Direção sobre qualquer consulta que esta lhe apresente;

e) Exercer as demais funções e praticar os demais atos que lhe incumbem, nos termos da lei ou dos estatutos.

Artigo Trigésimo Primeiro

Funcionamento e Deliberações do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que o Presidente o convoque, só podendo deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros não podendo haver abstenções.

3. Cada membro do Conselho Fiscal tem um voto, mas o Presidente tem direito a voto de qualidade.

Artigo Trigésimo Segundo

Conselho Consultivo e de Ética

1. O Conselho Consultivo e de Ética é um órgão não eletivo, de natureza supletiva, vocacionado para o aconselhamento e a conformidade ética da vida da Associação.

2. É constituído por um mínimo de cinco e um máximo de quinze Conselheiros, sendo um nomeado Presidente.

3. Os Conselheiros são indigitados de entre os Associados por convite da Direção;

4. O Presidente do Conselho Consultivo e de Ética participa, sem direito a voto, nas reuniões da Direção sempre que solicitado pelo Presidente da Direção.

Artigo Trigésimo Terceiro

Competências do Conselho Consultivo e de Ética
O Conselho Consultivo e de Ética reúne por solicitação do Presidente da Direção ou por iniciativa do respetivo Presidente, sendo suas competências:

- a) Aconselhar a Direção em matérias de natureza estratégica;
- b) Apoiar a APCE na prossecução dos seus objetivos, em particular, através da dinamização de grupos de trabalho ou de projeto;
- c) Zelar pela aplicação e cumprimento do Código de Conduta em anexo, emitindo notas e pareceres à Direção;
- d) Submeter, com total independência, à Direção, para serem apresentados em Assembleia Geral, avisos disciplinares e propostas tendentes à exclusão de Associados cujo comportamento ofenda os princípios do Código de Conduta em anexo.

CAPÍTULO IV

Património

Artigo Trigésimo Quarto

Receitas

Constituem receitas da Associação:

- a) As contribuições dos Associados;
- b) Os rendimentos dos bens ou capitais próprios;
- c) Quaisquer subsídios, donativos e legados de qualquer origem e natureza lícitas que lhe venham a ser atribuídos;
- d) O pagamento de serviços prestados pela Associação no âmbito das suas atividades correntes;
- e) O produto de atividades organizadas pela Associação, quando sejam suscetíveis de receita;
- f) Quaisquer outros rendimentos não proibidos por lei.

Artigo Trigésimo Quinto

Exercício Financeiro

1. O exercício financeiro da Associação inicia-se a um de janeiro e termina a trinta e um de dezembro de cada ano.
2. No termo de cada mandato, a Direção cessante deve apresentar relatório, balanço e contas, incluindo parecer do Conselho Fiscal, intercalares, relativos ao exercício parcelar compreendido entre um de janeiro e a tomada de posse dos novos órgãos sociais.
3. A Assembleia Geral que aprovar o relatório, balanço e contas da Direção decidirá sobre a proposta da Direção da aplicação a dar ao respetivo saldo, se o houver, e sobre as contribuições suplementares a pagar pelos Associados para cobrir os prejuízos eventualmente verificados.

CAPÍTULO V

Disposições gerais e transitórias

Artigo Trigésimo Sexto

Relações Externas

A Associação poderá participar, associar-se ou filiar-se em organizações com os mesmos fins, congéneres, nacionais, estrangeiras ou transnacionais, por proposta da Direção aprovada em Assembleia Geral.

Artigo Trigésimo Sétimo

Fundadores

São fundadores da APCE:

- Águas Livres (Empresa Pública das Águas Livres)
- Balancé (Imprensa Nacional Casa da Moeda)
- Boletim Cimpor
- Boletim Comunicar (Império)
- Boletim de Informação Interna da Caixa Geral de Depósitos
- Boletim Informativo da Tabaqueira
- Casa Nossa (Rádio Televisão Portuguesa)
- Com Textos (Central de Cervejas)
- Contacto (Companhia de Seguros Mundial Confiança)
- Folha de Divulgação (Direcção-Geral das Contribuições e Impostos)
- Galp Notícias (Petrogal)
- GRA (ITT - Páginas Amarelas)
- Info Portucel
- Informação Aliança Seguradora
- Informação IPE (Instituto de Participações do Estado)
- Jornal de Correios e Telecomunicações (Correios Telégrafos e Telefones)
- Jornal do STCP (Sociedade de Transportes Colectivos do Porto)
- Jornal RN (Rodoviária Nacional)
- Lisboa Carris
- Lisnave Informação
- Nestlé Notícias
- Notícias Auto-Sueco
- Notícias Bayer
- Notícias CPRM (Companhia Portuguesa da Rádio Marconi)
- Notícias Solvay Portugal
- O Totta (Banco Totta e Açores)
- RDP Informação (Rádio Difusão Portuguesa)
- Renault Informação
- Revista ANA (Aeroportos e Navegação Aérea)
- Revista Interna do Banco de Portugal
- Roda do Leme (Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)
- Sapec Jornal
- Securinforme (Securitas)
- Soporcel Entre Nós
- Telecomunicar (Telecom Portugal)
- TLP em Notícia (Telefones de Lisboa e Porto)

ANEXO I

Código de Conduta

do Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas

Aprovado em Assembleia Geral,
aos 31 de março de 2009.

Preâmbulo

Com o objetivo de harmonizar e coordenar as práticas profissionais no âmbito da Comunicação Organizacional e Relações Públicas e de prosseguir a afirmação e credibilização da atividade e do sector, a Direção da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, doravante designada, no presente documento, por APCE, com o Conselho Consultivo constituíram uma Comissão específica para retomar o aprofundamento e a discussão da designação oficial para os profissionais de Comunicação, ao serviço das diversas organizações. Uma questão de anos, que se projeta na ausência de enquadramento na lei fiscal e também, na inexistência de um código de boas práticas próprio, para além daqueles que servem de referência, nomeadamente, os de organizações internacionais do sector.

O presente documento é a base orientadora para o exercício da atividade profissional, apontando-se, num futuro próximo, para a elaboração de outros referenciadores que, no âmbito da APCE, balizem, identifiquem e reconheçam os Gestores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

Os Associados da APCE assumem o compromisso de respeitar os princípios enumerados no presente Código de Conduta e de os difundir junto de todos os profissionais do sector.

Consciente do seu papel influenciador na sociedade, o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas fundamenta a sua atuação na aceitação de todos os princípios enunciados no Pacto Mundial das Nações Unidas (*United Nations Global Compact*) e no cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

Definições

Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas - é o profissional que desenvolve a sua atividade na construção e defesa da identidade e da reputação de organizações, nomeadamente, empresas, instituições públicas, privadas e sociais, e outras entidades, pessoas, bens ou serviços, assim como na expressão da sua identidade e credibilização, estabelecendo relações duradouras com os diferentes públicos.

Atividade - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas exerce a sua atividade através do aconselhamento, estratégia e operacionalização de planos e programas, apoiado na

pesquisa, monitorização e análise do ambiente organizacional e seu contexto.

Competências

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas desenvolve e exerce um conjunto de competências:

Gerais

- Liderança e trabalho em equipa
- Pensamento estratégico
- Análise e síntese
- Escrita e oralidade, em português e noutros idiomas
- Gestão do tempo e dos recursos humanos e técnicos
- Comunicação interpessoal e de grupo
- Argumentação
- Proatividade

Específicas

- Pesquisa, monitorização, gestão e organização de informação
- Análise de tendências e predição de consequências em diferentes ambientes, contextos socioeconómicos e sectores de atividade
- Conhecimento e compreensão de diferentes paradigmas, teorias e modelos de comunicação, sua aplicabilidade e limitações
- Gestão da relação com diferentes públicos/*stakeholders*
- Capacidade de influenciar perceções, atitudes e comportamentos
- Tecnologias da informação e da comunicação e das técnicas e instrumentos de comunicação organizacional e relações públicas
- Investigação, planificação, implementação e avaliação de programas de Comunicação Organizacional e Relações Públicas
- Conhecimento dos constrangimentos éticos e legais inerentes à atividade profissional
- Gestão de temas sensíveis, questões problemáticas (*issues management*) e de comunicação de crise (*crisis management*), gestão de assuntos públicos (*public affairs*) e lóbi (*influence in decision making*)
- Planificação e implementação estratégica da comunicação

Valores

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas contribui para a credibilidade e constante dignificação da sua atividade, sendo elemento determinante na defesa de uma comunicação que respeite a verdade, a lealdade, a confidencialidade e a liberdade, valores éticos intrínsecos aos princípios constantes dos documentos a que se obriga.

Verdade - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas adere ao exercício da atividade profissional apenas com verdade, em defesa dos interesses da entidade com quem colabora,

dos clientes desta, para com os colaboradores e os seus diversos públicos, não infringindo os princípios éticos por que se rege, salvaguardando o interesse público.

Lealdade - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é leal à entidade que representa, salvaguardando sempre o interesse público.

Confidencialidade - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas protege a informação confidencial relativa à entidade para quem trabalha, bem como a que se refere a outras entidades e a pessoas a que a tanto esteja obrigado, não a utilizando, em qualquer caso, para seu próprio benefício, ou de terceiros.

Liberdade - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas acredita e defende o livre exercício dos direitos humanos, em especial, a liberdade de expressão, liberdade de reunião e liberdade dos meios de comunicação social, valores essenciais à prática da atividade profissional.

Deveres Especiais

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas assume e respeita os seus deveres profissionais, nomeadamente:

Formação - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas deve ter como preocupação central a sua formação contínua, a melhoria das suas competências para a progressão na profissão, exercendo-a, logo que possível, devidamente acreditado.

Divulgação - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é o principal agente de promoção e divulgação da sua atividade profissional, quer junto dos seus pares, quer das empresas e outras entidades potenciais utilizadoras destes serviços, quer, ainda, da sociedade em geral.

Reputação - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é responsável pela progressiva visibilidade e reputação da profissão, e, através da sua atitude, pelo reforço dos valores éticos e deontológicos.

Responsabilidade Social - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é elemento ativo na sensibilização da consciência social, na defesa do planeta, do meio ambiente, da biodiversidade, na luta contra a fome, a guerra, todas as formas de violência e injustiça, defendendo e apoiando políticas socialmente sustentáveis, a favor da paz.

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente Código de Conduta é efetuada, antes de mais, pelos associados da APCE e por quantos estejam em consonância com os princípios nele enunciados, cabendo à Associação, através dos órgãos próprios, de acordo com os seus Estatutos, a intervenção de carácter disciplinar.

Representatividade

Pela progressiva representatividade da APCE enquanto entidade agregadora dos Gestores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, pretende-se que esta venha a constituir-se como entidade autenticadora e credenciadora do exercício da profissão.

O presente Código de Conduta é aceite pelo Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, associado da APCE.